
ANEXO V**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA****TERMO DE CONTRATO DE COMPRA
Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
EMPRESA**

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 12.945/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 167/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é o Contratação de empresa especializada para os serviços de confecção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, para futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema nos espaços físicos, conforme condições, especificações, exigências e estimativas, para atender as necessidades das novas instalações do Almojarifado Central e da Oficina da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL

1							
...							
							TOTAL XXX : R\$ XXXXX

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de (mês) meses , com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Elemento de Despesa:	33.90.39.72
Fonte de Recurso:	19 e 00
Programa de Trabalho:	08002.0412200011.008 e 08003.0412200012.002

4.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

5 - CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

5.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

5.1.3 FGTS;

5.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

5.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

5.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 A Nota Fiscal dos alimentos deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite a CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

6 - CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8 - CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a **confeção de Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, visando futura instalação de dispositivos, equipamentos e sistema** nos prédios que abrigam as sedes do Almoxarifado Central e da Oficina da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo as exigências das normas de segurança do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios do Estado do Rio de Janeiro

8.2 Os projetos a serem concebidos deverão obedecer à legislação específica referente às normas da ABNT, às normas da acessibilidade (NBR9050), à resolução 081 do Conselho Nacional do Ministério Público, a critério de sustentabilidade, às prescrições e regulamentos das concessionárias locais e a supervisão e orientações do órgão técnico da contratante.

8.3 Será necessária a apresentação da Certidão de Acervo Técnico, do profissional de nível superior, que irá executar tais projetos, emitida pelo CREA e/ou CAU

8.4 O Responsável Técnico pelos projetos ou a empresa contratada deverá ser cadastrado no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelece o decreto nº 42 de 17 de dezembro de 2018.

8.5 A empresa contratada será responsável pela elaboração dos projetos executivos do sistema de Prevenção e Combate a Incêndios, sua protocolização no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ. Tais projetos deverão estar adequados às

normas de segurança para as aprovações em questão, de modo que as estruturas físicas existentes sejam preservadas e adequadas conforme orientação contida no Laudo de Exigências do CBMERJ, sempre obedecendo às demais normas técnicas vigentes cabíveis; A empresa contratada deverá diligenciar junto ao CBMERJ para obtenção da competente aprovação do projeto, ficando a seu encargo as eventuais alterações que se fizerem necessárias.

9 - CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

9.2 Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR/FISCAL
Alan Figueira Correa	105.871	Gestor titular
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Gestor substituto
Thais de Lima da Silva Guedes	062.349	Fiscal titular
Luiz Felipe Iaggi Laginestra	062.831	Fiscal substituto

9.3 O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

9.5 A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência correlato.

9.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o Contrato;

10.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços contratados;

10.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

10.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7 Aplicar as penalidades constantes no Item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

10.2 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.2.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

10.2.2 Manter o serviço contratado em números, qualidade e condições especificadas;

10.2.3 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato.

10.2.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.2.5 Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado do local descrito no subitem 2.2 do Termo de Referência para conserto, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato;

10.2.6 Fornecer à Secretaria de Infraestrutura e Logística os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

10.2.7 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

10.2.8 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;

10.2.9 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza do local de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existente na edificação (paredes e pisos);

10.2.10 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho.

10.2.11 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

10.2.12 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento.

10.2.13 Confeccionar e providenciar a aprovação do projeto junto aos órgãos competentes, responsabilizando-se pela aquisição e instalação de todo e qualquer dispositivo fixo e/ou móvel devidas sinalizações, necessárias à obtenção do Certificado de Aprovação emitido pelo CBMERJ;

10.2.14 Designar, para a realização dos serviços, pessoas idôneas, funcionários devidamente habilitados e capacitados tecnicamente, com conhecimento das Normas Regulamentadoras, devidamente identificados com crachás, para prestar o serviço objeto da licitação.

10.2.15 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

10.2.16 Refazer o serviço executado quando este não estiver de acordo e não for aceito pelo fiscal da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma;

10.2.17 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à PMNF (equipamentos, instalações, materiais e etc) por seus funcionários ou prepostos, desde que, comprovada a responsabilidade dos mesmos;

10.2.18 Recolher os tributos Federais, Estaduais e Municipais, incluindo as taxas do CBMERJ, ART do CREA e outros, decorrentes da prestação de serviços em vigência no contrato que, por lei, sejam de responsabilidade da CONTRATADA, fornecendo-os à CONTRATANTE, quando solicitado;

10.2.19 Manter durante a vigência do contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Carteiras Profissionais devidamente registradas e atualizadas, apresentando os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;

10.2.20 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à vale-transportes, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI,

ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;

10.2.21 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela CONTRATANTE;

10.2.22 Caso a CONTRATADA não possua matriz ou filial no município, designar formalmente, durante a vigência do contrato, preposto com autonomia ampla, geral e irrestrita, para acompanhamento contratual, inclusive nas tomadas de decisões sobre qualquer assunto referente aos objetos e demais itens deste Termo;

10.2.23 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10.2.24 Manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a tiver acesso por força de contrato, sob pena de, não o fazendo, responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

11.2 As penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento do CONTRATO, serão processadas e aplicadas nas hipóteses de:

A) Retardamento da execução do objeto;

B) Falha na execução do objeto;

C) Fraude na execução do objeto;

11.3 Caracterizado o comportamento inadequado na condução do objeto, conforme subitem anterior, motivando a inexecução total ou parcial do contrato, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Secretaria de Infraestrutura e Logística:

A) Advertência

B) Multa

C) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.4 A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra

penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa.

11.5 A penalidade de MULTA será aplicada conforme graus e condutas dispostas nas tabela 1 e 2 abaixo, bem como das penalidades previstas em Lei:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% do valor total do contrato
2	1% do valor total do contrato
3	1,5% do valor total do contrato
4	2% do valor total do contrato
5	5% do valor total do contrato
6	20% do valor total do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o objeto do contrato com atraso em relação ao prazo estipulado	1	Por dia
2	Executar o objeto do contrato incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa ou substituição indevida de material	4	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto contratual	3	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar objeto contratual determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado	6	Por ocorrência

6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	5	Por ocorrência
7	Permitir situação que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE	6	Por ocorrência

11.6 A penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA consiste no impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado e demais cominações legais, e caracteriza-se nos casos de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

11.7 Será considerada inexecução parcial ou total se a CONTRATADA estar enquadrada em pelo menos 1 (uma) das situações abaixo:

Tabela 3

Grau	Quantidade de Infrações	
	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	20 ou mais	40 ou mais
2	10 ou mais	20 ou mais
3	07 ou mais	14 ou mais
4	05 ou mais	10 ou mais
5	02 ou mais	04 ou mais
6	-	01 ou mais

11.8 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

11.9 O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar

20% (vinte por cento) do valor total do contratado, o que ensejará a sua rescisão.

11.10 A sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA poderá também ser aplicada à empresa ou o profissional que:

- A) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- B) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetos de contratação;
- C) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo em virtude de atos ilícitos praticados;
- D) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- E) Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- F) Apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- G) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- H) Não mantiver a proposta;
- I) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- J) Comportar de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previsto na Lei 12.846/2013;

11.11 A Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, através da Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo (PGM), deverá informar os dados relativos as sanções por ela aplicada aos contratos de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei 12.846/2013.

11.12 As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

11.13 Caberá apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência da expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

16.1 Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com as resoluções específicas de seus respectivos Conselhos (CREA ou CAU).

16.2 A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, pelos profissionais listados abaixo:

16.2.1 01 profissional Arquiteto ou Engenheiro Civil, com atribuição de responsável técnico pelos levantamentos arquitetônicos e afins;

16.2.2 01 profissional Arquiteto, Engenheiro Civil, Sanitarista ou Hidráulico, com atribuição de responsável técnico pelos Projetos de Hidrossanitários e afins.

16.2.3 O responsável técnico indicado pela empresa para desenvolver os projetos listados acima, deve comprovar a sua regularidade profissional junto ao seu Conselho (CREA ou

CAU), preenchendo todos os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA para engenheiros e CAU para arquitetos e urbanistas.

16.2.4 Durante o período de vigência do contrato, será permitida a substituição dos profissionais indicados durante o processo licitatório ou o acréscimo de profissionais, desde que o novo profissional atenda aos requisitos mínimos exigidos e que seja autorizada a substituição por parte do Fiscal do contrato.

16.2.5 A empresa deverá ainda, antes do início do contrato, nomear um Gerente de Projetos, profissional nível superior, legalmente habilitado no Conselho de Classe (CREA ou CAU), a ser designado para gerenciar a equipe de projetistas, respondendo por todos os serviços referentes ao contrato, independente da responsabilidade individual de cada técnico. Sua função será tratar das compatibilizações entre complementares e auxiliar a fiscalização no acompanhamento das soluções de projetos a serem adotadas pelos projetistas.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS.

19.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

21.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: